

12 JUN 1981

Projeto de Constituinte segue Arinos

Das sucursais

Com 232 assinaturas de deputados e 23 de senadores, o deputado Ruben Figueiró (PP-MS) encaminhou à Mesa da Câmara, durante a sessão de ontem, seu projeto de decreto legislativo permitindo que o Congresso a ser eleito em 1982 elabore nova Constituição para o País.

As reuniões da Assembleia Nacional Constituinte seriam realizadas — segundo a proposição — em horários que não afetassem o normal funcionamento das duas Casas do Congresso Nacional. Os deputados e senadores — incluídos os senadores com mandato até janeiro de 1987 — seriam, assim, ao mesmo tempo, constituintes e legisladores ordinários.

A forma escolhida pelo parlamentar para a organização de uma Assembleia Nacional Constituinte, como ele mesmo assinalou, inspirou-se nas idéias expostas pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco, e prescinde da participação direta do Poder Executivo. Um projeto de decreto legislativo não sobe à sanção presidencial. Tramita normalmente na Câmara, recebe parecer da Comissão de Constituição e Justiça e, depois, se aprovado em plenário, é submetido à apreciação do Senado. Se aprovado ali também, é promulgado pelas Mesas das duas Casas e entra em vigor, com força de lei.

O autor notou que Afonso Arinos já lembrou ter havido no Brasil resoluções legislativas — não submetidas, portanto, ao exame do chefe do governo — que resolveram situações críticas, como a que atribuiu maioridade a Dom Pedro II, autorizando-o a assumir o trono, e as que declararam impedidos de exercer a

Presidência da República Carlos Luz e Café Filho.

"A Assembleia Nacional Constituinte — disse Ruben Figueiró, justificando sua iniciativa — constitui imperativo da consciência nacional. Sua realização é o único meio democrático de se conseguir a solução definitiva dos problemas políticos-institucionais do País. Será o reencontro da Nação com seus cidadãos, no esforço pela disciplina dos poderes do Estado, e a consecução de nova ordem institucional econômica, social e política, ditada pelos tempos novos que vivemos."

TANCREDO

O presidente do PP, senador Tancredo Neves, também defendeu ontem que os deputados e senadores a serem eleitos em novembro de 1982 tenham poderes constituintes, argumentando que já é tempo de o País dispor de um instrumento que, sem ser uma solução automática para resolver seus problemas, seja um ponto de referência para o equacionamento de todos eles.

Tancredo disse que falta ao governo, neste momento, uma filosofia que permita manter em níveis razoáveis a unidade administrativa e a coerência em seus atos.

Para o presidente do PP, "mais do que nunca urge que sejam encontradas saídas políticas, o que equivale a dizer, saídas pacíficas para a crise brasileira e uma nova Constituição seria, de longe, o melhor caminho para tanto".

APOIO

Concordaram ainda com a idéia do ex-chanceler Afonso Arinos, em mesaredonda no Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio

Vargas, no Rio, presidida pelo próprio Arinos, o deputado federal Celso Borja (PDS-RJ), o ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Djacir Menezes, o jurista Alberto Venancio Filho e o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (cassado pelo AI-5), Vitor Nunes Leal.

Este último, temendo que uma Assembleia Constituinte formada dentro dos quadros atuais se limite a estabelecer normas mais sólidas para as relações de poder que vigoram atualmente, aceitou o ponto de vista de Arinos, "na esperança de que qualquer mudança sofra pressão de baixo para cima, capaz de melhorar o quadro institucional".

A posição de Arinos, também ex-chefe da Casa Civil do presidente João Goulart (foi antecessor de Darcy Ribeiro), já está sendo apoiada — "é verdade que por motivos diversos daqueles levantados pelo ex-membro do STF", como reconheceu o próprio Arinos — pelo presidente do Congresso, Jarbas Passarinho, e pelo secretário-geral do Partido Popular, Thales Ramalho.

A propósito da necessidade da reforma constitucional, o ex-ministro Vitor Nunes Leal afirmou que nela deve se consubstanciar a desconcentração do poder militar, hoje, no entender do jurista, atingindo tal nível, "que, na verdade, constitui um Estado dentro do Estado".

O chefe da Casa Civil do governo Goulart referiu-se também à necessidade, no caso de uma reforma constitucional, de se refazer a Federação, devolvendo-se aos Estados o seu poder armado — "hoje as polícias são forças dependentes do Exército" — e seu poder financeiro.